



Câmara Municipal de
Tucumã

**GABINETE DA VEREADORA
DAVINA GUERREIRA (MDB)**

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº004/2022
AUTORA: Davina Kelen R. Curcino dos Santos/Vereadora Davina Guerreira.

CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ/PA	
APROVADO	
Por <u>12</u>	votos a favor
<u> </u>	votos contra
e <u> </u>	abstenção (ões)
Tucumã/PA	<u>04/04/22</u>
<u>Davina Curcino</u>	
Assinatura	

**ESTABELECE DIRETRIZES PARA A
IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA
"REDE DE PROTEÇÃO DA MULHER"
NO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ DECRETA:

Art. 1º. Esta Lei disciplina diretrizes para implantação do Programa "Rede de Proteção da Mulher" no Município de Tucumã com o objetivo de incentivar a atuação preventiva e comunitária voltada à proteção das mulheres.

Art. 2º. São diretrizes do Programa "Rede de Proteção da Mulher":

- I** - prevenir e combater a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial contra as mulheres;
- II** - monitorar o cumprimento das normas que garantem a proteção das mulheres;
- III** - promover o acolhimento humanizado e a orientação às mulheres em situação de violência bem como o seu encaminhamento aos serviços da rede de atendimento especializado, quando necessário;
- IV** - monitorar e acompanhar as mulheres com medidas protetivas de urgência garantindo o cumprimento da lei;
- V** - garantir a integração dos serviços oferecidos às mulheres em situação de violência;

Art. 3º Para a consecução dos objetivos do Programa, o Poder Executivo Municipal poderá:

- I** - identificar e selecionar os casos a serem atendidos, após encaminhamentos da Delegacia e do Poder Judiciário;
- II** - promover visitas domiciliares e acompanhamentos periódicos;
- III** - verificar o cumprimento das medidas protetivas aplicadas pelo Poder Judiciário e adoção de medidas cabíveis no caso de seu descumprimento;
- IV** - encaminhar as mulheres vítimas de violência para os serviços da Rede de Atendimento e para o serviço de Assistência Judiciária da Defensoria Pública e/ou de convênio celebrado entre a Ordem de Advogados do Brasil, quando for o caso;
- V** - capacitação permanente dos profissionais envolvidos nas ações;

Davina Kelen R. Curcino dos Santos



Câmara Municipal de

Tucumã

**GABINETE DA VEREADORA
DAVINA GUERREIRA (MDB)**



VI - realização de estudos e diagnósticos para o acúmulo de informações destinadas ao aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança que busquem a prevenção e o combate à violência contra as mulheres.

Art. 4º A gestão do Programa "Rede de Proteção da Mulher" ficará a critério dos órgãos municipais competentes e será regulamentado pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único: O Poder Executivo Municipal poderá mulheres em situação de violência.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias firmar convênios ou consórcios com a finalidade de instrumentalizar a política de segurança pública na proteção efetiva das próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Plenário Vereador Adão Lote Resplandes de Sousa, aos 09 dias de março de 2022.

Davina Kelen R. Curcino dos Santos

Davina Kelen R. Curcino dos Santos.
Vereadora Davina Guerreira – MDB.



Câmara Municipal de
Tucumã

**GABINETE DA VEREADORA
DAVINA GUERREIRA (MDB)**



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo estabelecer diretrizes para a implantação do Programa "Rede de Proteção da Mulher" no Município de Tucumã.

A Lei no. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) é reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres, pois determina a responsabilidade do Estado na prevenção e proteção das mulheres agredidas, bem como punição dos agressores.

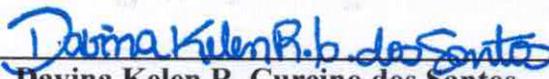
A violência afeta mulheres de todas as classes sociais, etnias e regiões brasileiras. Atualmente a violência contra as mulheres é entendida não como um problema de ordem privada ou individual, mas como um fenômeno estrutural, de responsabilidade da sociedade como um todo. Dessa forma, é indispensável que sejam criadas políticas públicas para garantir a união de esforços de forma articulada e em parcerias com diversos órgãos para combater as várias formas de violência contra as mulheres.

No aspecto formal, o projeto encontra respaldo nos artigos 30, I, da Constituição Federal, segundo o qual compete ao Município legislar sobre assunto de interesse local, não havendo iniciativa reservada para a matéria. Há que se destacar, ademais, que não decorre nenhuma inconstitucionalidade do fato de o projeto de lei dispor, em seu objeto, sobre a instituição de normas gerais destinadas a incentivar a atuação preventiva e comunitária voltada à proteção das mulheres.

Isso porque, o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de que no tocante à reserva de iniciativa referente à organização administrativa, a reserva de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, prevista no art. 61, § 1º, II, b, da Constituição, somente se aplica aos Territórios federais (ADI 2.447, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJe 4.12.2009).

Por todo o exposto, aguardo a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade e proteção aos direitos da mulher.

Plenário Vereador Adão Lote Resplandes de Sousa, aos 09 dias de março de 2022.



**Davina Kelen R. Curcino dos Santos.
Vereadora Davina Guerreira – MDB.**